

Solução para dívida das

Economia

Jornal de Brasília

micros sai em 2 semanas

Dentro de 14 dias uma comissão formada por técnicos do Governo e parlamentares apresentará uma solução para o problema das dívidas contraídas na época do Plano Cruzado por micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais. Foi o que ficou acertado ontem durante reunião entre o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e mais de 20 parlamentares, dentre eles os autores de emendas que defendem a anistia para estes segmentos endividados, que são o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), o deputado Humberto Souto (PFL-MG) e o deputado Ziza Valadares (sem partido-MG).

Após a reunião com os parlamentares, Mailson da Nóbrega almoçou com os líderes do Governo na Câmara e no Senado, deputado Carlos Sant'Anna e senador Saldanha Derzi, e com os líderes do PFL, senador Marcondes Gadelha e deputado José Lourenço. Durante o almoço chegou-se a uma conclusão: se não houver um acordo entre o Governo e os parlamentares, quem perderá será o Governo. Isso porque, no momento da votação, que ocorrerá dentro de 15 dias, poderá haver uma fusão das emendas, que já contam com cerca de 350 votos favoráveis, segundo o senador Marcondes Gadelha. Ele acrescenta que, se a votação fosse realizada ontem, «certamente a anistia para os empresários e agricultores seria aprovada».

Troca

O senador disse também que a

saída para o Governo será a elaboração de uma proposta que não prejudique nem aos banqueiros e nem aos empresários endividados. Depois de elaborar e discutir esta proposta, tanto com estes segmentos quanto com os parlamentares, possivelmente o Governo proporá a retirada das três emendas, que seriam trocadas por um projeto de lei ordinária do Congresso (ou decreto-lei) contendo a proposta de «flexibilização» que atenda a todos os segmentos. Destaca que a vantagem da proposta a ser apresentada através de projeto de lei é que o Legislativo estaria envolvido na questão e o Governo não seria o responsável «solitário» pela decisão.

Para que o Governo não arque com o «duplo prejuízo» (político e financeiro), Marcondes Gadelha sugere que se coloque no texto a ser encaminhado para votação que a anistia (parcial) só se refere aos empresários e agricultores que não têm capacidade para pagar suas dívidas. «Assim fica evidente que os que já pagaram têm capacidade para pagar», disse.

Números

Durante a reunião entre o ministro da Fazenda e os parlamentares os números apresentados pelo Governo quanto ao volume da dívida dos empresários e agricultores continuaram não batendo com os números levantados pelos elaboradores das emendas que tratam da anistia. Segundo

Mailson da Nóbrega, dados coletados no Banco Central indicam que o total dos débitos chega a US\$ 10 bilhões, um volume considerado «fantástico» pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). «Isso representa quase que todo o meio circulante», observou.

O deputado Gilson Machado (PFL-PE) obteve do presidente do Banco Central, Elmo Camões, dados semelhantes, destacando que 98% do ativo do Banco do Nordeste do Brasil estariam comprometidos com esses empréstimos e 160% do ativo do próprio Banco do Brasil ficariam comprometidos com a aprovação das emendas. Porém os autores das emendas discordam dos números levantados pelo Governo. De acordo com o senador Mansueto de Lavor, a sua emenda que trata somente da anistia das dívidas de pequenas e médias empresas, lança o total dessas dívidas em Cz\$ 183 bilhões (US\$ 6 a 7 bilhões). No caso da emenda elaborada pelo senador Humberto Souto (anistia para pequenos e médios agricultores) os números levantados para as dívidas chegam a US\$ 2 ou US\$ 3 bilhões.

A solução negociada entre o Governo e parlamentares deve passar por uma anistia parcial das dívidas dos pequenos e médios empresários e agricultores, ou «um congelamento por tempo determinado» da correção monetária, segundo proposta do senador Marcondes Gadelha.

Diretor aponta os danos da anistia

Arquivo/15-10-87

A anistia da correção monetária para os empréstimos contraídos por micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais desde o Plano Cruzado até 31 de dezembro do ano passado provocará «um desarranjo geral na economia e um processo danoso em cadeia para as finanças públicas», afirmou ontem o diretor da Área Bancária do Banco Central, Wadico Bucchi. Ele alertou os autores das três emendas ao título das Disposições Transitórias do novo texto constitucional (Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares) para o fato de que a medida descapitalizará justamente os bancos que emprestam a estes segmentos e terá como consequência o corte de crédito aos pequenos produtores.

Após discutir a questão, ontem de manhã, no Hotel Eron, com dirigentes de bancos estaduais, bancos de desenvolvimento e bancos privados em geral, Bucchi chamou a atenção para três outros aspectos da questão: 1) É uma disfunção do sistema financeiro premiar com anistia os 30% dos tomadores desses créditos que estão inadimplentes com os bancos, o que representa, na prática, uma punição para os 70% que estão honrando os seus compromissos; 2) a medida prejudicará justamente os bancos estaduais e também federais, que mais emprestam para os pequenos e médios produtores



Wadico: um desarranjo geral

rurais e urbanos, deixando praticamente incólumes, por exemplo, os bancos estrangeiros, que quase só emprestam no atacado; e 3) em qualquer hipótese de anistia, a sociedade é quem acabará tendo que pagar esta conta.

Quem perde

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), Roberto Konder Bornhausen, disse que a União e os Estados serão os maiores prejudicados, pois 70% dos créditos envolvidos pela anistia foram contratados junto a bancos federais e estaduais. Ele endossou o cálculo do Banco Central de que o custo das três emendas, se aprovadas, será de Cz\$ 1,6 trilhão.

Bornhausen, no entanto, acha que, se aprovada a anistia, a responsabilidade por sua cobertura deve ser da União. Mas pergunta: «É justo o Governo jogar isto sobre a sociedade (que pagará a conta), na hora em que o Governo tenta cortar gastos e acaba de congelar a Unidade de Referência de Preços (URP) para o seu funcionalismo e o das empresas estatais?»

Ele qualificou esta anistia de «confisco» e disse que ela representa uma interferência indevida do setor público em contratos firmados entre duas partes privadas (o tomador do empréstimo e a instituição financeira). E indagou: «Será que é uma norma que deve estar na Constituição o Governo interferir em negociações do setor privado, em contratos entre partes privadas?»

250 bilhões

O presidente da Associação dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace) e do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), José Soares Nuto, estimou que os bancos estaduais terão uma perda de Cz\$ 250 bilhões com esta anistia e, só o Bandepe, de Cz\$ 50 bilhões. Segundo ele, os bancos estaduais não têm condições de bancar este prejuízo sem comprometer a sua saúde financeira.